

COPIA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Administração Prisional
Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

Ofício SEAP/SULOT nº. 198/2019

Belo Horizonte, 17 de junho de 2019.

Exmo. Sr.

Robson Eugênio Pires

Diretor da Secretaria da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabáglio, n. 1315, Luxemburgo

CEP: 30.390-435 – Belo Horizonte/MG

protocolo@tce.mg.gov.br

primeiracamara@tce.mg.gov.br

Assunto: **Resposta aos Ofícios n. 9142/2019 e n. 9141/2019**

Referência: processo nº 1066880

Maria Cristina Ferraz Teixeira
Mat. 483-6
TCEMG

Senhor Diretor,

Em atenção ao Ofício n. 9141/2019 e 9142/2019, que versa sobre a decisão cautelar de suspensão do Pregão Eletrônico nº 46/2019, encaminha-se anexos, o Relatório de consulta a quadro de avisos, e a Publicação da Suspensão do referido certame.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Wilson Gomes da Silva Junior

Subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

Anexos:

Relatório de consulta a quadro de avisos (5564900)

Publicação de Suspensão (5564968)



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Gomes da Silva Junior**, Subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia, em 17/06/2019, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5608355** e o código CRC **B1DDDDDEC**.

Referência: Processo nº 1450.01.0066394/2019-90

SEI nº 5608355

Rodovia Papa João Paulo II, 3777 - Edifício Minas - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-903



Relatório de consulta a quadro de avisos

Tipo do pregão: Pregão

Nº do processo: 1451044 000046/2019

Unidade administrativa de compra:

DIRETORIA DE COMPRAS

Procedimento de contratação: Pregão eletrônico

Tipo de licitação: Menor Preço

Tipo de recurso: Outros

Objeto de licitação:

Fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, destinadas ao Presídio de Resende Costa e o Presídio de São João Del Rei

Critério de julgamento: Por lote

Início da sessão: 09/05/2019 - 11:00:23

Situação da sessão do pregão: Sessão iniciada

Lista de avisos:

-
1. O lote 1 foi suspenso pelo Pregoeiro no dia 13 de Junho de 2019 às 11:08:38 horas. O motivo informado foi: "Por determinação da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Processo nº 1066880 Ofício n. 9142/2019". O lote deve ser reativado no dia 15 de Julho de 2019 às 11:00:00 horas.

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

A Maternidade Odete Valadares torna público que realizará Chamada Pública de Processo nº 051/6013 101/2019 para credenciamento de agricultores familiares, empreendedores familiar rural e organizações de agricultores familiares em sessão pública, a realizar-se dia 15/07/2019, às 10h00min na MATERNIDADE ODETE VALADARES - Auditório, localizada na Avenida do Contorno, nº 4494, B. Prado - CEP 30.110-068 - Belo Horizonte/MG para o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Maiores informações através do telefone (31) 3298-6025 ou 3298-6026. E-mails: mov.cpl@themig.mg.gov.br, ou mov.compras@themig.mg.gov.br. Edital na íntegra acesse: www.themig.mg.gov.br, www.compras.mg.gov.br. B.H 13/06/2019.

3 cm -13 1239337 - 1

EXTRATO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DO HOSPITAL MATERNIDADE ODETE VALADARES/HEMIG

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato firmado entre a FHEMIG/ MOV e (a) SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 12 meses e alteração do nome do Gestor do contrato da Sra. Léia Cristina Luciano Masp - 1377266-0 para Sra. Alice Patrícia Ferreira Masp 1306107-2. Valor: R\$ 38.208,00 (total estimado). Vigência: 02/09/2019 até 01/09/2020. Número do Processo: 216/2015 Modalidade: INEXIGIBILIDADE. Dotação Orçamentária: 2271.10.302.041.4097.0001. Objeto de gasto: 339039-21 F 10.1. Data de Assinatura: 31/05/2019.

3 cm -13 1239422 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 339039.03.2973.01.19 PARTES: EMG/SEAP E EMPRESA MACIEL DOS REIS AGRILOS EPP. ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviço para fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, ao Presídio de Malacacheta/MG. OBJETO: a) O ACRESCIMENTO de 24,13% (vinte e quatro vírgula treze por cento) do valor atualizado do contrato inicial, equivalente a R\$ 153.927,80 (cento e cinquenta e três mil, novecentos e vinte e sete reais e oitenta centavos) DO VALOR: O valor global do contrato, em virtude do acréscimo em tela, será de R\$ 791.714,45 (setecentos e noventa e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos) conforme ANEXO I deste instrumento. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nº 1451.06.421.208.4601.0001.339039.03.01.1. SIGNATÁRIOS: Rodrigo Machado de Andrade, Wilson Gomes da Silva Junior e Maciel dos Reis Agriolos. Assinatura em: 10/06/2019.

4 cm -13 1239158 - 1

SUSPENSÃO

Modalidade: Pregão nº 46/2019. Objeto: Fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa. Senhores licitantes, informamos que, conforme determinação da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Processo nº 1066880 - Ofício nº 9142/2019, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2019 encontra-se suspenso. Superintendência de Infraestrutura e Logística, Lúcia Hermelino Coutinho Campos. Belo Horizonte, 13 de junho de 2019.

3 cm -13 1239211 - 1

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 164/2019

EXTRATO DE PORTARIA/SUSEP Nº 54/2019 de 29de MAIOde 2019. Descumprimento de cláusulas do Contrato nº 339039.03.2736.17 (Presídio de Ouro Fino) Maria Donizete de Almeida Guimarães, CNPJ nº 00.931.473/0001-02, sediada na Avenida Estrada da Serra, nº 210, bairro Rio das Pedras, Monte São/MG. Práticas previstas no inciso VI do art. 3º, e nos incisos I, IV, V e VI do art. 4º da Resolução SEAP nº 49/2017, passíveis de sanções previstas no artigo 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012, nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002. Convoca a Comissão Processante Permanente da SEAP, para instrução e conclusão de todo o procedimento, conforme Resolução SEAP nº 01, de 13 de fevereiro de 2017, por meio dos membros designados para a sua composição, nos termos das Portarias GAB. SEAP nº 13 e 22 de 2017.

Subsecretaria de Segurança Prisional, Belo Horizonte, 29 de MAIOde 2019.

Rodrigo Machado de Andrade,
Subsecretário de Segurança Prisional

5 cm -13 1239160 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 06/2019 CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE GOVERNADOR VALADARES

Pregão Eletrônico nº 06/2019. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches, na forma administrada, dentro das instalações da Unidade Socioeducativa (USJ) Centro Socioeducativo de Governador Valadares. Homologação e julgamento do processo licitatório no valor de R\$ 796.028,75 (setecentos e noventa e seis mil, vinte e oito reais e setenta e cinco centavos) à empresa TOTAL ALIMENTAÇÃO S/A, conforme decisão do Pregoeiro. Coordenação de Planejamento, Gestão e Finanças - Leticia Resende Pretti. Belo Horizonte, 13 de junho de 2019.

3 cm -13 1239608 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 339039.03.2723.01.19 PARTES: EMG/SEAP E EMPRESA ANA CAROLINA P. TAMBASCHIA SAGRILLO EPP. ESPÉCIE: Primeiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviço para preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches, na forma administrada, dentro das instalações da unidade socioeducativa (USJ) Centro Socioeducativo Santa Teresinha. OBJETO: A PRORROGAÇÃO do contrato inicial por 12 (doze) meses a contar de 20/06/2019, nos termos da CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA do contrato inicial; O REAJUSTE DE PREÇOS do contrato inicial; A SUPRESSÃO QUANTITATIVA de 5,878698% (cinco inteiros e oitocentos e setenta e oito mil, Seiscientos e Noventa e Oito Milhõesimos por Cento), equivalendo ao valor monetário de R\$ 35.561,70 (trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos) do contrato original - IPCA/IBGE - Fevereiro/19 - em 3,89% (Três Inteiros e Oitenta e Nove Centésimos por Cento) - passando o valor global anual do contrato, a contar de 23/03/2019, para R\$ 699.297,23 (Seiscientos e Noventa e Nove Mil, Duzentos e noventa e Sete Reais e Vinte e Três Centavos). 1.3. A SUPRESSÃO contratual, após o reajuste ANUAL - IPCA/IBGE no valor global do contrato Nº 339039.03.2726/2018, no percentual de aproximadamente 15,30% (quinze inteiros e trinta centésimos por cento), equivalendo ao valor monetário de R\$ 106.981,28 (cento e seis mil novecentos e oitenta e oito reais e oito centavos), passando o valor global para R\$ 592.315,95 (quinhentos e noventa e dois mil, trezentos e quinze reais e noventa e cinco centavos). VIGÊNCIA: A PRORROGAÇÃO do contrato inicial por mais 12 (doze) meses a contar de 27/06/2019 conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA. VALOR: O valor Global do termo aditivo ao contrato após a prorrogação, o reajuste e a supressão é R\$ 592.315,95 (quinhentos e noventa e dois mil, trezentos e quinze reais e noventa e cinco centavos) conforme quadro constante no instrumento - Anexo I DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1691.06.243.204.4595.0001.339039.03.01.1. SIGNATÁRIOS: BERNARDO PINTO COELHO NAVES e ANA CAROLINA PAILANDI TAMBASCHIA SAGRILLO. Assinatura em: 13/06/2019.

PRECOS (0955351) do contrato original - IPCA/IBGE - Fevereiro/19 - em 3,89% (Três Inteiros e Oitenta e Nove Centésimos por Cento) - passando o valor global anual do contrato, a contar de 23/03/2019, para R\$ 699.297,23 (Seiscientos e Noventa e Nove Mil, Duzentos e noventa e Sete Reais e Vinte e Três Centavos). 1.3. A SUPRESSÃO contratual, após o reajuste ANUAL - IPCA/IBGE no valor global do contrato Nº 339039.03.2726/2018, no percentual de aproximadamente 15,30% (quinze inteiros e trinta centésimos por cento), equivalendo ao valor monetário de R\$ 106.981,28 (cento e seis mil novecentos e oitenta e oito reais e oito centavos), passando o valor global para R\$ 592.315,95 (quinhentos e noventa e dois mil, trezentos e quinze reais e noventa e cinco centavos). VIGÊNCIA: A PRORROGAÇÃO do contrato inicial por mais 12 (doze) meses a contar de 27/06/2019 conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA. VALOR: O valor Global do termo aditivo ao contrato após a prorrogação, o reajuste e a supressão é R\$ 592.315,95 (quinhentos e noventa e dois mil, trezentos e quinze reais e noventa e cinco centavos) conforme quadro constante no instrumento - Anexo I DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1691.06.243.204.4595.0001.339039.03.01.1. SIGNATÁRIOS: BERNARDO PINTO COELHO NAVES e ANA CAROLINA PAILANDI TAMBASCHIA SAGRILLO. Assinatura em: 13/06/2019.

7 cm -13 1239580 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 339039.03.2721.01.19 PARTES: EMG/SEAP e PRUDENTE REFEIÇÕES LTDA. ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento de alimentação na forma administrada para o Centro de Internação Provisória São Benedito BLM/MG. OBJETO: Constitui o objeto do presente Termo Aditivo: 1.1 A PRORROGAÇÃO do contrato inicial a contar de 20/06/2019, nos termos da CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA do contrato inicial; 1.2 O REAJUSTE DE PREÇOS do contrato inicial - IPCA/IBGE - Fevereiro/19 - 3,89% (Três Inteiros e Oitenta e Nove Centésimos por Cento) - a contar de 23/03/2019, nos termos da CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE DE PREÇOS do contrato inicial; 1.3 A SUPRESSÃO QUANTITATIVA de 12,18491% (Doze Inteiros e Cento e Oitenta e Quatro Mil, Novecentos e Trinta e um Milhõesimos por Cento), equivalendo ao VALOR MONETÁRIO de R\$ 82.627,18 (Oitenta e Dois Mil, Seiscientos e Vinte e Sete Reais e deztois Centavos), passando o valor monetário Global, após a SUPRESSÃO para R\$ 595.486,70 (Quinhentos e Noventa e Cinco Mil, Quatrocentos e Oitenta e Seis Reais e Setenta Centavos), a contar de sua Publicação, nos termos do inciso 10.1, da CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE do contrato inicial. VIGÊNCIA: Fica prorrogado o contrato inicial por 12 (doze) meses, a contar de 20/06/2019. VALOR: O valor Global do contrato após reajuste de preços e supressão é de R\$ 595.486,70 (Quinhentos e Noventa e Cinco Mil, Quatrocentos e Oitenta e Seis Reais e Setenta Centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1691.06.243.204.4595.0001.339039.03.01.1. SIGNATÁRIOS: BERNARDO PINTO COELHO NAVES e EDER RIBEIRO DIAS. Assinatura em: 11/06/2019.

6 cm -13 1239176 - 1

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS - DEER

NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO

Processo: 00121355-2301-2017 Contratada: EMPA S.A. SERVIÇOS DE ENGENHARIA Contrato: Contrato PRC 22.054/2013 Objeto: Execução dos Trabalhos de Melhoramento e Pavimentação do Trecho Entr' LMG/690 (Paracatu) - Entr' Entre Ribeiros - Entr' MG/181, na Rodovia MG/680 e Municipal, incluídos no Programa Estruturador Minas Logística, Ação de Governo "Caminhos de Minas" e também no PPAG DE DECISÃO - O Diretor Geral do DEER/MG, no uso das suas atribuições legais, após apuração em processo administrativo instaurado pela Portaria 3718/2018, DECIDE, nos termos das cláusulas do Contrato PRC 22.054/2013, acolher o Relatório de fls. 311/339 e DETERMINAR o ressarcimento do valor de R\$ 7.753,53 (sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos), conforme fls. 66 e 73, referente à multa paga pelo DEER/MG em decorrência do cometimento, pela contratada, das infrações descritas no Auto de Infração 48044. O valor do ressarcimento deverá ser atualizado quando do efetivo pagamento, ficando ressalvados os direitos do DEER/MG referentes a eventuais prejuízos apurados posteriormente.

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL TP Nº 006/19

PROCESSO Nº SIGED: 00001312 2301 2019 - O Diretor Geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER/MG, torna público que fará realizar, através da Comissão Permanente de Licitação, às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos) do dia 05/07/19, em seu edifício-sede, à Av. dos Andradas, 1.120, sala 1003, nesta capital, TOMADA DE PREÇOS para Execução dos seguintes serviços sob a circunscrição da 29ª CRG do DEER/MG - Manhumirim / Caparaó: Implantação de variante no km 35 da Rodovia MGC-482, trecho Carangola - Fervedouro; Estabilidade de talude - contenção em caixa, na MGC-482, km 60, trecho Carangola - Fervedouro, conforme edital e composições de custos unitários constantes do quadro de quantidades, disponíveis no endereço acima citado. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone 3235-1272 ou pelo site www.der.mg.gov.br

8 cm -13 1239522 - 1

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE TRANSFERÊNCIA GRATUITA DE BENS

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Termo de Transferência Gratuita de Bens nº 235/18; Partes: SETOP e o Município de Senhora dos Remédios; Objeto: prorrogar vigência até 27/06/2020; Assinatura: 12/06/2019.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Termo de Transferência Gratuita de Bens nº 399/18; Partes: SETOP e o Município de Jacinto; Objeto: prorrogar vigência até 05/07/2020; Assinatura: 12/06/2019.

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Termo de Transferência Gratuita de Bens nº 425/16; Partes: SETOP e o Município de Pains; Objeto: prorrogar vigência até 24/06/2020; Assinatura: 12/06/2019.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Termo de Transferência Gratuita de Bens nº 324/18; Partes: SETOP e o Município de Papagaio; Objeto: prorrogar vigência até 27/06/2020; Assinatura: 12/06/2019.

SRE DE ALMENARA

EXTRATO DE EDITAL PARA CHAMADA PÚBLICA - AGRICULTURA FAMILIAR

A Caixa Escolar da Escola Estadual de Giru realiza Chamada Pública nº 02/2019 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação prevista artigo 27 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 para habilitação e Projeto de Venda até o dia 04/07/2019, às 11h na Escola Estadual de Giru, localizada na Praça Manoel Ferreira 91 - Distrito de Giru - CEP 39.890-000. Telefone (033) 3745-3 e-mail: escola.185043@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis na página da Internet: http://portaldaagriculturfamiliar.mg.gov.br/agf

3 cm -13 123911

AVISO DE LICITAÇÃO

A Caixa Escolar Maria Pinto Vieira realiza Chamada Pública: 01/2019 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação prevista artigo 27 da Resolução CD/FNDE nº 04/2015, habilitação e Projeto de Venda até o dia 20/06/2019, às 14:00h, no Coronel Antoninho, localizada na Praça Dr. José Pinto Vieira nº 1, Piedade de Ponte Nova - CEP 35382-000. Telefone (031) 3871-5 e-mail: escola.128881@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis na página da Internet: http://portaldaagriculturfamiliar.mg.gov.br

A Caixa Escolar Maria Pinto Vieira realiza Chamada Pública: 02/2019 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação prevista artigo 27 da Resolução CD/FNDE nº 04/2015, habilitação e Projeto de Venda até o dia 20/06/2019, às 20:00h, no Coronel Antoninho, localizada na Praça Dr. José Pinto Vieira nº 1, Piedade de Ponte Nova - CEP 35382-000. Telefone (031) 3871-5 e-mail: escola.128881@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis na página da Internet: http://portaldaagriculturfamiliar.mg.gov.br

A Caixa Escolar Nossa Senhora do Carmo torna público, para conhecimentos dos interessados, que fará realizar no dia 25/06/19, ao 10º Processo Licitatório nº 02/2019, Modalidade Convite para aquisição de gêneros alimentícios com recursos Contrapartida Estadual. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo sede da E.E. Madre Santa Face, localizada na Rua Dona Gertrudes, 75, Viçosa, CEP: 36570-000, telefone (31) 3891-3058, e-mail: la.129895@educacao.mg.gov.br, até o dia 24/06/19 às 17:00h.

A Caixa Escolar "Omar Rezende Perez" torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 27/06/19, ao 09º Chamada Pública nº 02/2019, Modalidade Convite para aquisição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo na sede da EE "O Rezende Perez", localizada à Rua Bernardino Cândido, S/N, distrito Águas Férreas, São Pedro dos Ferros - MG CEP 35360-000. Telefone (31) 98466 1690, e-mail: escola.129666@educacao.mg.gov.br, a dia 27/06/19, às 17:00h.

As Caixas Escolares das Escolas Estaduais de Ponte Nova: Es. Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, Escola Esta. Antônio Coelho, Escola Estadual Coronel Cândido Drumond, Es. Estadual Senador Antônio Martins e Escola Estadual Bias Fortes, fazem Chamada Pública Coletiva nº 03/2019 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural de suas organizações para Alimentação Escolar. Os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação prevista no artigo 27 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 com alteração dada pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 4/2015, para habilitação e Projeto de Venda a dia 12/07/19 às 09:30h, na Escola Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, localizada na Rua Prof. Raymundo Martiniano Ferreira CEP: 35430-218 - Ponte Nova - telefone (31) 3817-2018, e-mail: la.129071@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis nas escolas estaduais e na EMATER.

As Caixas Escolares das Escolas Estaduais de Ponte Nova: Es. Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, Escola Esta. Antônio Coelho, Escola Estadual Coronel Cândido Drumond, Es. Estadual Senador Antônio Martins e Escola Estadual Bias Fortes, fazem Chamada Pública Coletiva nº 04/2019 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural de suas organizações para Alimentação Escolar. Os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação prevista no artigo 27 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 com alteração dada pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 4/2015, para habilitação e Projeto de Venda a dia 12/07/19 às 09:45h, na Escola Estadual Professor Raymundo Martiniano Ferreira, localizada na Rua Prof. Raymundo Martiniano Ferreira CEP: 35430-218 - Ponte Nova - telefone (31) 3817-2018, e-mail: la.129071@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis nas escolas estaduais e na EMATER.

A Caixa Escolar Francisco Alves torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 24/06/19, ao 11º processo licitatório nº 1: 02201602/2019, Modalidade Convite para aquisição de gêneros alimentícios com recursos estaduais. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo na sede da E.E. Pau Leonil, localizada na Rua Mário Dutra dos Santos, s/n, Bairro S. Antônio, CEP: 36570-000, Viçosa, telefone: (31) 3891-3633, e-mail: escola.217778@educacao.mg.gov.br, até o dia 18/06/19 às 12:00h. A Caixa Escolar Santa Rita de Cássia torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 10/07/19, às 08:40h, Proc. Licitatório nº 02/2019, Modalidade Convite para aquisição de gêneros alimentícios com recursos da Contrapartida Estadual. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo na sede da I. Santa Rita de Cássia, localizada na Rua I. de Queiroz, 119, Bairro Fátima, CEP 36572-172, Viçosa, telefone (31) 3891-2707, e-mail: la.130001@educacao.mg.gov.br, até o dia 09/07/19, às 17:00h.

19 cm -13 123952

SRE SÃO JOÃO DEL-REI - EXTRATO DE EDITAL PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PNAE

A CAIXA ESCOLAR CERRADO DO ROSÁRIO realiza Chamada Pública nº 04/2019 para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural ou de suas organizações para Alimentação Escolar. Termo de Compromisso 920675/2019 - Beneficiários alunos com Alimentação Escolar. Os Grupos Formais e Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 15/07/19, às 09:00 horas, na EE Cerrado do Rosário, localizada na Avenida Lourenço Marques s/n - Distrito de Rosário do Grande - Itumirim/MG CEP 37210-000. Telefone (0353) 3823-3 e-mail: escolas.134139@educacao.mg.gov.br. Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponíveis na página da Internet: http://portaldaagriculturfamiliar.mg.gov.br ou na escola.

3 cm -13 123935

SRE METROPOLITANA C. EXTRATOS DE EDITAIS. A CAIXA ESCOLAR UFS CRISTINA realiza Chamada Pública nº 03/2019 para aquisição de gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Administração Prisional
Diretoria de Compras

Ofício SEAP/DCO nº. 34/2019

Belo Horizonte, 14 de junho de 2019.

Ao Senhor

Rodrigo Ferreira Matias

Subsecretaria de Gestão Logística

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Serra Verde

CEP: 31630-901 – Belo Horizonte/MG

Assunto: **Processo Licitatório nº 1451044 000046/2019**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0072195/2019-21].

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, e considerando os termos do Decreto Estadual nº 47.337 de 12/01/2018, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no tocante ao gerenciamento do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais, trata-se de denúncia formulada pela empresa A.C Batista Alimentação Ltda, Doc. SEI nº 5569287, em face do Processo Licitatório nº 1451044 000046/2019, Pregão Eletrônico nº 46/2019, deflagrado pela Secretaria de Estado de Administração Prisional, alegando que a vencedora do certame apresentou diversos lances com redução irrisória dos preços, em tempo igual ou inferior a um segundo, caracterizando indícios de utilização de software de automatização de lances na sessão do pregão realizado em 09/05/2019. Para corroborar suas alegações, a Denunciante apresentou laudo técnico produzido pela empresa Idoe Consultoria em TI, Doc. SEI nº 5569378.

Consoante decisão proferida pelo Exmo Sr. Adonias Monteiro, Conselheiro Substituto da Secretaria da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no processo nº 1066880, Doc SEI nº 5569633, o Processo Licitatório nº 46/2019 encontra-se suspenso.

Assim sendo, encaminhamos o presente expediente para conhecimento e providências, e aproveitando o ensejo, solicitamos o encaminhamento de documentos que possam subsidiar a elaboração da defesa.

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipamos nossos cumprimentos e colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Daniela Aguiar Rangel

Diretora de Compras

MASP 1.189.941-6

Luiza Hermeto Coutinho Campos

Superintendente de Infraestrutura e Logística

MASP 1.285.229-9



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Aguiar Rangel, Diretor(a)**, em 14/06/2019, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Hermeto Coutinho Campos, Superintendente**, em 17/06/2019, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5578129** e o código CRC **6B9EC344**.

Referência: Processo nº 1450.01.0072195/2019-21

SEI nº 5578129

Rodovia Papa João Paulo II, 3777 - Edifício Minas - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-903



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Central de Compras

Ofício SEPLAG/CENTRAL nº. 133/2019

Belo Horizonte, 19 de junho de 2019.

A Senhora
Luiza Hermeto Coutinho Campos
Superintendente de Infraestrutura e Logística

Assunto: Resposta ao Ofício SEAP/DCO nº 34/2018 - Evento SEI 5578129

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0072195/2019-21].

Senhora Superintendente,

Em atendimento ao ofício SEAP/DCO nº 34/2018, Evento SEI, apresentamos a seguir algumas considerações.

Em relação ao fato de o licitante vencedor cobrir seu próprio lance, esclarecemos que o sistema atende o previsto no Decreto Estadual 44.786, de 18 de abril de 2008:

Art. 13. O pregão na forma eletrônica observará as seguintes regras:

(...)

XVIII - só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tiver sido registrado no sistema;

XIX - alternativamente ao disposto no inciso XVIII, o licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, desde que expressamente indicado no edital e permitido pelo sistema eletrônico; (grifo nosso)

Existe, entretanto, ferramentas de tecnologia que automatizam a leitura das ofertas e oferecimento de lances em sessões de pregão eletrônico, o que preocupa agentes de licitação e desvirtua a disputa.

Segue, a seguir, um relato de uma analista do Serpro, Bruno Ferreira Vilella, que presta atendimento ao MPOG no Governo Federal, e explica mais sobre o funcionamento dos robôs em licitações:

"O robô é um componente de software desenvolvido para automatizar o envio de lances pelo fornecedor, transpondo alguns passos que devem ser dados na navegação de páginas. Desta forma, evita que o fornecedor navegue e acompanhe o processo, deixando tudo a cargo da máquina. Segundo ele, os robôs foram identificados a partir da leitura dos lances ofertados nas atas dos pregões eletrônicos, mostrando lances menores desses fornecedores, com intervalos de milésimos de segundo entre um e outro. Para bloqueá-lo, segundo Bruno, não foi necessário reinventar a roda. 'Foi utilizada a própria tecnologia do Comprasnet com implementações diferenciadas que conseguem identificar esse robô e impedir o seu funcionamento'. **Com o bloqueio, o fornecedor fica obrigado a agir diretamente no site, enviando seus lances como qualquer outro concorrente, garantindo a isonomia do processo licitatório.** 'Como os robôs conseguem fazer uma leitura do último lance enviado de forma mais rápida que o fornecedor que não faz uso dessa tecnologia, ele se antecipa no envio de um lance menor para o item em disputa, o que dá maiores chances de ser vencedor do item'".

Similarmente ao relatado na solução do Governo Federal, o Portal de Compras do Governo de Minas Gerais também possui mecanismos implementados para impedir a atuação de robôs em sessões de pregão eletrônico conduzidas na ferramenta, conforme manifestação do Rodrigo Teixeira, Diretor Central de Sistemas de Logística e Patrimônio:

"No que se refere a verificação da utilização ou não de robôs para o registro de lances, informamos que O Portal de Compras possui um mecanismo que exige o preenchimento de uma sequência de caracteres (padrão Captcha) caso algum licitante registre lances consecutivos (em relação ao seu lance anterior) com intervalos inferiores a 6 segundos. Caso isso ocorra, deverá ser digitada a sequência de caracteres exibida na tela para a confirmação do envio do lance. Esse mecanismo consegue inibir a utilização de 'robôs' em pregões eletrônicos".

Quanto à problemática em relação à utilização de 'robôs' por licitantes, são de fato condenáveis conforme já se manifestou o TCU, no sentido de que o uso de tais programas viola o princípio da isonomia:

*"Mediante monitoramento, o Tribunal tratou do acompanhamento do Acórdão nº 1647/2010, do Plenário, que versou sobre a utilização de dispositivos de envio automático de lances (robôs) em pregões eletrônicos conduzidos por meio do portal Comprasnet, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). No Acórdão monitorado, o Tribunal concluiu que, em pregões eletrônicos conduzidos via portal Comprasnet: 'a) é possível aos usuários de dispositivos de envio automático de lances (robôs) a remessa de lances em frações de segundo após o lance anterior, o que ocorre durante todo o período de iminência do pregão; b) com a possibilidade de cobrir lances em frações de segundo, o usuário do robô pode ficar à frente do certame na maior parte do tempo, logrando assim probabilidade maior (e real) de ser o licitante com o lance vencedor no momento do encerramento do pregão, que é aleatório; c) ciente dessa probabilidade, que pode chegar a ser maior que 70%, o licitante usuário do robô pode simplesmente cobrir os lances dos concorrentes por alguns reais ou apenas centavos, não representando, portanto, vantagem de cunho econômico para a Administração'. **Para o relator, os fatos configurariam a inobservância do princípio constitucional da isonomia, visto que "a utilização de software de lançamento automático de lances (robô) confere vantagem competitiva aos fornecedores que detêm a tecnologia em questão sobre os demais licitantes".***

Sendo assim, de fato é comum a tentativa de utilização de programas que automatizam a oferta de lances por licitantes, e tal conduta é reprovável. Temos, em nosso sistema, mecanismos implementados com a finalidade de coibir a utilização de tais ferramentas em nossos procedimentos.

A partir de determinações técnicas, o Portal já possui os mecanismos possíveis e necessários para coibir a atuação dos 'robôs'. Caso existam problemas na utilização da ferramenta, ou evidências de seu mal funcionamento em impedir a atuação automatizada, aqui discutida, em alguma sessão realizada, a documentação que demonstre o desvio apurado poderá ser remetida à SEPLAG, especificamente a Subsecretaria de Gestão Logística, para que seja considerada pelos analistas quem mantem o sistema.

Informamos ainda que a documentação apresentada foi remetida à equipe técnica responsável pela manutenção do sistema, na Diretoria Central de Sistemas de Logística e Patrimônio desta SEPLAG, e após análise recebemos a explicação que os lances do processo de Pregão Eletrônico 1451044 000046/2019 –

disponível para acesso público no Portal de Compras – não apresentam, para os critérios tidos como regulares e parametrizados no sistema, qualquer irregularidade aparente. Verificou-se que os últimos 11 lances apresentados pela empresa vencedora do certame (código F000177) foram realizados com um mínimo de 6 segundos de intervalo entre si, conforme imagem abaixo. Todo o intervalo considerado nos parece factível, não indicam a utilização de ferramenta que tenha comprometido a disputa no envio de novas propostas de valor.

Lances dos fornecedores			
Identificação do fornecedor	Valor do lance (R\$)	Data do lance	
F000177	8.844.960,00	09/05/2019	
F000185	8.845.000,00	09/05/2019	
F000177	8.849.952,00	09/05/2019	
F000185	8.850.000,00	09/05/2019	
F000177	8.854.966,00	09/05/2019	
F000185	8.855.000,00	09/05/2019	
F000177	8.859.970,00	09/05/2019	
F000185	8.860.000,00	09/05/2019	
F000177	8.862.969,00	09/05/2019	
F000185	8.863.000,00	09/05/2019	
F000177	8.864.964,00	09/05/2019	
F000185	8.865.000,00	09/05/2019	
F000177	8.869.952,00	09/05/2019	
F000185	8.870.000,00	09/05/2019	
F000177	8.872.000,00	09/05/2019	
F000185	8.873.000,00	09/05/2019	
F000177	8.873.957,00	09/05/2019	
F000185	8.874.000,00	09/05/2019	
F000177	8.875.000,00	09/05/2019	
F000177	8.883.000,00	09/05/2019	

Página anterior << 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 >> Próxima página

Cabe ressaltar que a regra principal para detecção de comportamento de envio de lances suspeito é de proximidade de lances pelo próprio licitante, caso diversos lances sejam enviados em um espaço de tempo não razoável para um humano. Não é controlado o tempo entre lances de licitante A e B, que pode ter sido o que causou suspeita na parte que realizou a reclamação. Mas mesmo considerando tal parâmetro, o comportamento observado na sessão discutida é plenamente razoável, apresenta variabilidade de tempo e valor, e ainda tempos factíveis de serem realizados por qualquer pessoa atenta participando da sessão.

Neste sentido, não foram constatadas em nossas análises indícios de irregulares na seção de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de “robô” que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances. Não identificamos, assim, razões suficientes que consubstanciem qualquer ação da equipe que processou a licitação em revisão ao processo realizado e finalizado.

Quanto a suspensão cautelar do Pregão, determinada pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, demonstramos abaixo o cumprimento da decisão, que pode ser consultada de forma pública no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais.

Dados do pregão		Lotes do pregão	
Número do processo de compra:		1451044 000046/2019	
Nº do lote	Desc. do lote	Regra de participação	Justificativa para mudança na regra de participação
0001	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE RE...	Aberta a todos licitantes	-
<input type="button" value="Visualizar itens"/> <input type="button" value="Visualizar sessão de lances"/> <input type="button" value="Visualizar termo de julgamento de recursos"/>			

A despeito das informações acima elencadas, e considerando uma hipotética e improvável procedência das alegações do denunciante, cumpre-nos informar que a Primeira Câmara do TCEMG, após debates acerca do tema, não referendou, em sessão do dia 18 de junho de 2019, a decisão monocrática que acolheu a presente Denúncia número 1.066.880 que proferiu a já mencionada medida cautelar pela suspensão do Pregão Eletrônico 46/19. **O aludido órgão colegiado asseverou não encontrar impedimentos legais para a utilização da robótica na realização de lances em pregões eletrônicos.**

Segue o endereço eletrônico da veiculação da notícia, podendo a decisão ser acessada na íntegra nos autos processuais: <https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111623795>.

Seguimos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

RODRIGO FERREIRA MATIAS

Subsecretário de Gestão Logística

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG-MG



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Matias, Superintendente respondendo pela Subsecretaria**, em 24/06/2019, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5666781** e o código CRC **ACC3A55F**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Administração Prisional
Diretoria de Compras

Ofício SEAP/DCO nº. 42/2019

Belo Horizonte, 26 de junho de 2019.

Ao Exmo. Sr.

Adonias Monteiro

Conselheiro Substituto da Secretaria da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabáglio, n. 1315, Luxemburgo

CEP: 30.390-435 – Belo Horizonte/MG

protocolo@tce.mg.gov.br

primeiracamara@tce.mg.gov.br

Assunto: Denúncia 1066880 - A.C. Batista Alimentação Ltda - Pregão eletrônico nº 46/2019

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0066394/2019-90].

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS-SEAP, através das servidoras, **DANIELA AGUIAR RANGEL**, Diretora de Compras, MASP 1.189.941-6 e **DANIELE LOPES CRUZ**, Assessora Técnica, MASP 1.215.210-4, vem por meio do presente, respeitosamente, apresentar as **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** referentes ao Processo Licitatório nº 1451044 000046/2019, modalidade Pregão Eletrônico nº 46/2019, referente à Denúncia nº 1066880, promovida pela empresa A.C. Batista Alimentação Ltda., em trâmite nesta 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Cuidam os autos de denúncia formulada por A.C. Batista Alimentação Ltda., em face do processo licitatório nº 1451044 000046/2019, cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - Sei, sob o número 1450.01.0019173/2019-89 na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, destinadas aos privados de liberdade e aos servidores públicos a serviço nas Unidades, na qual a denunciante alega em síntese que a vencedora do certame apresentou diversos lances com redução irrisória dos preços, em tempo igual ou inferior a um segundo, caracterizando indícios de utilização de software de automatização de lances na sessão do

pregão realizado em 09/05/2019.

Consoante documentos, Ofício SEAP/GABINETE nº. 526/2019 (5334343), Ofício SEAP/GABINETE nº. 534/2019 (5360467) e Ofício SEAP/SULOT nº. 198/2019 (5608355), a Secretaria de Estado de Administração Prisional apresentou as informações e esclarecimentos técnicos, bem como documentos relativos às fases interna e externa do Pregão Eletrônico nº 46/2019, que em virtude da decisão proferida em 12/06/2019, concedeu a medida cautelar de suspensão do certame.

Tendo em vista que em 13/06/2019, tivemos acesso ao Laudo Técnico emitido por IDOO SOLUÇÕES EM TI, empresa especializada em tecnologia da informação, contratada pela denunciante, objetivando *"analisar indícios de utilização de software e automatização de lances, conhecidos como programa "Robô" no pregão eletrônico 46/2019 realizado em 09/05/2019 no Portal de Compras do Governo de Minas Gerais"*, por meio do Ofício SEAP/DCO nº. 34/2019, datado de 14/06/2019 (5578129 - anexo), encaminhamos o referido laudo para conhecimento, providências e manifestação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, haja vista se tratar de competência afeta àquela Secretaria pelo gerenciamento do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais.

Em resposta ao expediente, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio do Ofício SEPLAG/CENTRAL nº. 133/2019 (5666781 - anexo), manifestou-se:

(...)

A partir de determinações técnicas, o Portal já possui os mecanismos possíveis e necessários para coibir a atuação dos 'robôs'. Caso existam problemas na utilização da ferramenta, ou evidências de seu mal funcionamento em impedir a atuação automatizada, aqui discutida, em alguma sessão realizada, a documentação que demonstre o desvio apurado poderá ser remetida à SEPLAG, especificamente a Subsecretaria de Gestão Logística, para que seja considerada pelos analistas quem mantem o sistema.

Informamos ainda que a documentação apresentada foi remetida à equipe técnica responsável pela manutenção do sistema, na Diretoria Central de Sistemas de Logística e Patrimônio desta SEPLAG, e após análise recebemos a explicação que os lances do processo de Pregão Eletrônico 1451044 000046/2019 – disponível para acesso público no Portal de Compras – não apresentam, para os critérios tidos como regulares e parametrizados no sistema, qualquer irregularidade aparente. Verificou-se que os últimos 11 lances apresentados pela empresa vencedora do certame (código F000177) foram realizados com um mínimo de 6 segundos de intervalo entre si, conforme imagem abaixo. Todo o intervalo considerado nos parece factível, não indicam a utilização de ferramenta que tenha comprometido a disputa no envio de novas propostas de valor.

E diante da análise, concluiu:

Neste sentido, não foram constatadas em nossas análises indícios de irregulares na seção de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de "robô" que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances. Não identificamos, assim, razões suficientes que consubstanciem qualquer ação da equipe que processou a licitação em

Diante do apresentado e em virtude da decisão plenária, que após debates acerca do tema, não referendou, em sessão realizada em 18 de junho de 2019, a decisão monocrática que tinha acolhido a Denúncia número 1.066.880 e proferido medida cautelar pela suspensão do Pregão Eletrônico 46/19, conforme notícia veiculada em 18/06/2019 no sítio eletrônico deste respeitoso Tribunal de Contas (<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111623795>), prevaleceu o entendimento afirmando "não encontrar impedimentos legais para a utilização da robótica na realização de lances em pregões eletrônicos", ainda "verifica-se que as empresas licitantes estavam competindo entre si com propostas praticamente idênticas, ou seja, o uso da robótica não se mostrou preponderante para a vitória da empresa denunciada", bem como enfatizou que "não encontrou indícios de falta de competitividade no processo, que os princípios da economicidade, celeridade e eficiência devem ser sopesados (avaliados) em conjunto com o da isonomia".

Destarte, por tudo que foi exposto, considerando que foram informados e esclarecidos todos os apontamentos denunciados, mencionamos que esta Secretaria sempre agiu com estrita observância das diretrizes legais, nesse sentido, requeremos que Vossa Senhoria se digne em acolher essas informações e esclarecimentos ARQUIVANDO a presente Denúncia, salientando que aguardamos a notificação da decisão para prosseguir com o certame, que encontra-se suspenso por força da concessão da medida cautelar pleiteada pela denunciante, dada a relevância e urgência do objeto do processo licitatório, qual seja, fornecimento de alimentação necessária aos privados de liberdade, custodiados nos Presídios situados nos municípios de São João Del Rei e Resende Costa, cerca de 980 (novecentos e oitenta) pessoas.

São estas, pois, as informações complementares que, respeitosamente, submetemos à consideração de Vossa Excelência.

Daniela Aguiar Rangel

Diretora de Compras

MASP 1.189.941-6

Daniele Lopes Cruz

Assessora Técnica - Diretoria de Compras

MASP 1.215.210-4



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Aguiar Rangel, Diretor(a)**, em 26/06/2019, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Lopes Cruz, Servidor(a) Público(a)**, em 26/06/2019, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5750067** e o código CRC **06469254**.

Referência: Processo nº 1450.01.0066394/2019-90

SEI nº 5750067

Rodovia Papa João Paulo II, 3777 - Edifício Minas - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-903



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Administração Prisional
Diretoria de Compras

CÓPIA

Ofício SEAP/DCO nº. 42/2019

Belo Horizonte, 26 de junho de 2019.

Ao Exmo. Sr.

Adonias Monteiro

Conselheiro Substituto da Secretaria da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Av. Raja Gabaglia, n. 1315, Luxemburgo
CEP: 30.390-435 – Belo Horizonte/MG
protocolo@tce.mg.gov.br
primeiracamara@tce.mg.gov.br

Assunto: **Denúncia 1066880 - A.C. Batista Alimentação Ltda - Pregão eletrônico nº 46/2019**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0066394/2019-90].

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS-SEAP, através das servidoras, **DANIELA AGUIAR RANGEL**, Diretora de Compras, MASP 1.189.941-6 e **DANIELE LOPES CRUZ**, Assessora Técnica, MASP 1.215.210-4, vem por meio do presente, respeitosamente, apresentar as **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** referentes ao Processo Licitatório nº 1451044 000046/2019, modalidade Pregão Eletrônico nº 46/2019, referente à Denúncia nº 1066880, promovida pela empresa A.C. Batista Alimentação Ltda., em trâmite nesta 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Cuidam os autos de denúncia formulada por A.C. Batista Alimentação Ltda., em face do processo licitatório nº 1451044 000046/2019, cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - Sei, sob o número 1450.01.0019173/2019-89 na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto o fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, destinadas aos privados de liberdade e aos servidores públicos a serviço nas Unidades, na qual a denunciante alega em síntese que a vencedora do certame apresentou diversos lances com redução irrisória dos preços, em tempo igual ou inferior a um segundo, caracterizando indícios de utilização de software de automatização de lances na sessão do pregão realizado em 09/05/2019.

Consoante documentos, Ofício SEAP/GABINETE nº. 526/2019 (5334343), Ofício SEAP/GABINETE nº. 534/2019 (5360467) e Ofício SEAP/SULOT nº. 198/2019 (5608355), a Secretaria de Estado de Administração Prisional apresentou as informações e esclarecimentos técnicos, bem como

documentos relativos às fases interna e externa do Pregão Eletrônico nº 46/2019, que em virtude da decisão proferida em 12/06/2019, concedeu a medida cautelar de suspensão do certame.

Tendo em vista que em 13/06/2019, tivemos acesso ao Laudo Técnico emitido por IDOO SOLUÇÕES EM TI, empresa especializada em tecnologia da informação, contratada pela denunciante, objetivando *"analisar indícios de utilização de software e automatização de lances, conhecidos como programa "Robô" no pregão eletrônico 46/2019 realizado em 09/05/2019 no Portal de Compras do Governo de Minas Gerais"*, por meio do Ofício SEAP/DCO nº. 34/2019, datado de 14/06/2019 (5578129 - anexo), encaminhamos o referido laudo para conhecimento, providências e manifestação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, haja vista se tratar de competência afeta àquela Secretaria pelo gerenciamento do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais.

Em resposta ao expediente, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio do Ofício SEPLAG/CENTRAL nº. 133/2019 (5666781 - anexo), manifestou-se:

(...)

A partir de determinações técnicas, o Portal já possui os mecanismos possíveis e necessários para coibir a atuação dos 'robôs'. Caso existam problemas na utilização da ferramenta, ou evidências de seu mal funcionamento em impedir a atuação automatizada, aqui discutida, em alguma sessão realizada, a documentação que demonstre o desvio apurado poderá ser remetida à SEPLAG, especificamente a Subsecretaria de Gestão Logística, para que seja considerada pelos analistas quem mantem o sistema.

Informamos ainda que a documentação apresentada foi remetida à equipe técnica responsável pela manutenção do sistema, na Diretoria Central de Sistemas de Logística e Patrimônio desta SEPLAG, e após análise recebemos a explicação que os lances do processo de Pregão Eletrônico 1451044 000046/2019 – disponível para acesso público no Portal de Compras – não apresentam, para os critérios tidos como regulares e parametrizados no sistema, qualquer irregularidade aparente. Verificou-se que os últimos 11 lances apresentados pela empresa vencedora do certame (código F000177) foram realizados com um mínimo de 6 segundos de intervalo entre si, conforme imagem abaixo. Todo o intervalo considerado nos parece factível, não indicam a utilização de ferramenta que tenha comprometido a disputa no envio de novas propostas de valor.

E diante da análise, concluiu:

Neste sentido, não foram constatadas em nossas análises indícios de irregulares na seção de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de "robô" que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances. Não identificamos, assim, razões suficientes que consubstanciem qualquer ação da equipe que processou a licitação em revisão ao processo realizado e finalizado.

Diante do apresentado e em virtude da decisão plenária, que após debates acerca do tema, não referendou, em sessão realizada em 18 de junho de 2019, a decisão monocrática que tinha acolhido a Denúncia número 1.066.880 e proferido medida cautelar pela suspensão do Pregão Eletrônico 46/19, conforme notícia veiculada em 18/06/2019 no sítio eletrônico deste respeitoso Tribunal de Contas (<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111623795>), prevaleceu o entendimento afirmando "não encontrar impedimentos legais para a utilização da robótica na realização de lances em pregões eletrônicos", ainda "verifica-se que as empresas licitantes estavam competindo entre si com propostas praticamente idênticas, ou seja, o uso da robótica não se mostrou preponderante para a vitória da empresa denunciada", bem como enfatizou que "não encontrou indícios de falta de competitividade no processo, que

os princípios da economicidade, celeridade e eficiência devem ser sopesados (avaliados) em conjunto com o da isonomia".

Destarte, por tudo que foi exposto, considerando que foram informados e esclarecidos todos os apontamentos denunciados, mencionamos que esta Secretaria sempre agiu com estrita observância das diretrizes legais, nesse sentido, requeremos que Vossa Senhoria se digne em acolher essas informações e esclarecimentos ARQUIVANDO a presente Denúncia, salientando que aguardamos a notificação da decisão para prosseguir com o certame, que encontra-se suspenso por força da concessão da medida cautelar pleiteada pela denunciante, dada a relevância e urgência do objeto do processo licitatório, qual seja, fornecimento de alimentação necessária aos privados de liberdade, custodiados nos Presídios situados nos municípios de São João Del Rei e Resende Costa, cerca de 980 (novecentos e oitenta) pessoas.

São estas, pois, as informações complementares que, respeitosamente, submetemos à consideração de Vossa Excelência.

Daniela Aguiar Rangel

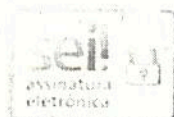
Diretora de Compras

MASP 1.189.941-6

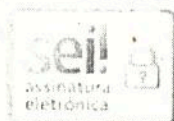
Daniele Lopes Cruz

Assessora Técnica - Diretoria de Compras

MASP 1.215.210-4



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Aguiar Rangel, Diretor(a)**, em 26/06/2019, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Lopes Cruz, Servidor(a) Público(a)**, em 26/06/2019, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5750067** e o código CRC **06469254**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Administração Prisional
Diretoria de Compras

CÓPIA

Ofício SEAP/DCO nº. 34/2019

Belo Horizonte, 14 de junho de 2019.

Ao Senhor

Rodrigo Ferreira Matias

Subsecretaria de Gestão Logística

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Serra Verde

CEP: 31630-901 – Belo Horizonte/MG

Assunto: **Processo Licitatório nº 1451044 000046/2019**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0072195/2019-21].

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, e considerando os termos do Decreto Estadual nº 47.337 de 12/01/2018, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no tocante ao gerenciamento do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais, trata-se de denúncia formulada pela empresa A.C Batista Alimentação Ltda, Doc. SEI nº 5569287, em face do Processo Licitatório nº 1451044 000046/2019, Pregão Eletrônico nº 46/2019, deflagrado pela Secretaria de Estado de Administração Prisional, alegando que a vencedora do certame apresentou diversos lances com redução irrisória dos preços, em tempo igual ou inferior a um segundo, caracterizando indícios de utilização de software de automatização de lances na sessão do pregão realizado em 09/05/2019. Para corroborar suas alegações, a Denunciante apresentou laudo técnico produzido pela empresa Ido Consultoria em TI, Doc. SEI nº 5569378.

Consoante decisão proferida pelo Exmo Sr. Adonias Monteiro, Conselheiro Substituto da Secretaria da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no processo nº 1066880, Doc SEI nº 5569633, o Processo Licitatório nº 46/2019 encontra-se suspenso.

Assim sendo, encaminhamos o presente expediente para conhecimento e providências, e aproveitando o ensejo, solicitamos o encaminhamento de documentos que possam subsidiar a elaboração da defesa.

Sendo o que se apresenta para o momento, antecipamos nossos cumprimentos e colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Daniela Aguiar Rangel

Diretora de Compras

MASP 1.189.941-6

Luiza Hermeto Coutinho Campos

Superintendente de Infraestrutura e Logística

MASP 1.285.229-9



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Aguiar Rangel, Diretor(a)**, em 14/06/2019, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Hermeto Coutinho Campos, Superintendente**, em 17/06/2019, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5578129** e o código CRC **6B9EC344**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Central de Compras

Ofício SEPLAG/CENTRAL nº. 133/2019

A Senhora
Luiza Hermeto Coutinho Campos
Superintendente de Infraestrutura e Logística

Belo Horizonte, 19 de junho de 2019.

Assunto: Resposta ao Ofício SEAP/DCO nº 34/2018 - Evento SEI 5578129

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1450.01.0072195/2019-21].

Senhora Superintendente,

Em atendimento ao ofício SEAP/DCO nº 34/2018, Evento SEI, apresentamos a seguir algumas considerações.

Em relação ao fato de o licitante vencedor cobrir seu próprio lance, esclarecemos que o sistema atende o previsto no Decreto Estadual 44.786, de 18 de abril de 2008:

Art. 13. O pregão na forma eletrônica observará as seguintes regras:

(...)

XVIII - só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tiver sido registrado no sistema;

XIX - alternativamente ao disposto no inciso XVIII, o licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, desde que expressamente indicado no edital e permitido pelo sistema eletrônico; (grifo nosso)

Existe, entretanto, ferramentas de tecnologia que automatizam a leitura das ofertas e oferecimento de lances em sessões de pregão eletrônico, o que preocupa agentes de licitação e desvirtua a disputa.

Segue, a seguir, um relato de uma analista do Serpro, Bruno Ferreira Vilella, que presta atendimento ao MPOG no Governo Federal, e explica mais sobre o funcionamento dos robôs em licitações:

"O robô é um componente de software desenvolvido para automatizar o envio de lances pelo fornecedor, transpondo alguns passos que devem ser dados na navegação de páginas. Desta forma, evita que o fornecedor navegue e acompanhe o processo, deixando tudo a cargo da máquina. Segundo ele, os robôs foram identificados a partir da leitura dos lances ofertados nas atas dos pregões eletrônicos, mostrando lances menores desses fornecedores, com intervalos de milésimos de segundo entre um e outro. Para bloqueá-lo, segundo Bruno, não foi necessário reinventar a roda. 'Foi utilizada a própria tecnologia do Comprasnet com implementações diferenciadas que conseguem identificar esse robô e impedir o seu funcionamento'. **Com o bloqueio, o fornecedor fica obrigado a agir diretamente no site, enviando seus lances como qualquer outro concorrente, garantindo a isonomia do processo licitatório.** 'Como os robôs conseguem fazer uma leitura do último lance enviado de forma mais rápida que o fornecedor que não faz uso dessa tecnologia, ele se antecipa no envio de um lance menor para o item em disputa, o que dá maiores chances de ser vencedor do item'".

Similarmente ao relatado na solução do Governo Federal, o Portal de Compras do Governo de Minas Gerais também possui mecanismos implementados para impedir a atuação de robôs em sessões de pregão eletrônico conduzidas na ferramenta, conforme manifestação do Rodrigo Teixeira, Diretor Central de Sistemas de Logística e Patrimônio:

"No que se refere a verificação da utilização ou não de robôs para o registro de lances, informamos que O Portal de Compras possui um mecanismo que exige o preenchimento de uma sequência de caracteres (padrão Captcha) caso algum licitante registre lances consecutivos (em relação ao seu lance anterior) com intervalos inferiores a 6 segundos. Caso isso ocorra, deverá ser digitada a sequência de caracteres exibida na tela para a confirmação do envio do lance. Esse mecanismo consegue inibir a utilização de 'robôs' em pregões eletrônicos".

Quanto à problemática em relação à utilização de 'robôs' por licitantes, são de fato condenáveis conforme já se manifestou o TCU, no sentido de que o uso de tais programas viola o princípio da isonomia:

"Mediante monitoramento, o Tribunal tratou do acompanhamento do Acórdão nº 1647/2010, do Plenário, que versou sobre a utilização de dispositivos de envio automático de lances (robôs) em pregões eletrônicos conduzidos por meio do portal Comprasnet, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). No Acórdão monitorado, o Tribunal concluiu que, em pregões eletrônicos conduzidos via portal Comprasnet: 'a) é possível aos usuários de dispositivos de envio automático de lances (robôs) a remessa de lances em frações de segundo após o lance anterior, o que ocorre durante todo o período de iminência do pregão; b) com a possibilidade de cobrir lances em frações de segundo, o usuário do robô pode ficar à frente do certame na maior parte do tempo, logrando assim probabilidade maior (e real) de ser o licitante com o lance vencedor no momento do encerramento do pregão, que é aleatório; c) ciente dessa probabilidade, que pode chegar a ser maior que 70%, o licitante usuário do robô pode simplesmente cobrir os lances dos concorrentes por alguns reais ou apenas centavos, não representando, portanto, vantagem de cunho econômico para a Administração: Para o relator, os fatos configurariam a inobservância do princípio constitucional da isonomia, visto que "a utilização de software de lançamento automático de lances (robô) confere vantagem competitiva aos fornecedores que detêm a tecnologia em questão sobre os demais licitantes".

Sendo assim, de fato é comum a tentativa de utilização de programas que automatizam a oferta de lances por licitantes, e tal conduta é reprovável. Temos, em nosso sistema, mecanismos implementados com a finalidade de coibir a utilização de tais ferramentas em nossos procedimentos.

A partir de determinações técnicas, o Portal já possui os mecanismos possíveis e necessários para coibir a atuação dos 'robôs'. Caso existam problemas na utilização da ferramenta, ou evidências de seu mal funcionamento em impedir a atuação automatizada, aqui discutida, em alguma sessão realizada, a documentação que demonstre o desvio apurado poderá ser remetida à SEPLAG, especificamente a Subsecretaria de Gestão Logística, para que seja considerada pelos analistas quem mantem o sistema.

Informamos ainda que a documentação apresentada foi remetida à equipe técnica responsável pela manutenção do sistema, na Diretoria Central de Sistemas de Logística e Patrimônio desta SEPLAG, e após análise recebemos a explicação que os lances do processo de Pregão Eletrônico 1451044 000046/2019 –

https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6748982&infra_s... 1/2

26/06/2019

SEI/GOVVMG - 5666781 - Ofício

disponível para acesso público no Portal de Compras – não apresentam, para os critérios tidos como regulares e parametrizados no sistema, qualquer irregularidade aparente. Verificou-se que os últimos 11 lances apresentados pela empresa vencedora do certame (código F000177) foram realizados com um mínimo de 6 segundos de intervalo entre si, conforme imagem abaixo. Todo o intervalo considerado nos parece factível, não indicam a utilização de ferramenta que tenha comprometido a disputa no envio de novas propostas de valor.

Lances dos fornecedores		
Identificação do fornecedor	Valor do lance (R\$)	Data do lance
F000177	8.844.960,00	09/05/2019
F000185	8.845.000,00	09/05/2019
F000177	8.849.952,00	09/05/2019
F000185	8.850.000,00	09/05/2019
F000177	8.854.966,00	09/05/2019
F000185	8.855.000,00	09/05/2019
F000177	8.859.970,00	09/05/2019
F000185	8.860.000,00	09/05/2019
F000177	8.862.969,00	09/05/2019
F000185	8.863.000,00	09/05/2019
F000177	8.864.964,00	09/05/2019
F000185	8.865.000,00	09/05/2019
F000177	8.869.952,00	09/05/2019
F000185	8.870.000,00	09/05/2019
F000177	8.872.000,00	09/05/2019
F000185	8.873.000,00	09/05/2019
F000177	8.873.957,00	09/05/2019
F000185	8.874.000,00	09/05/2019
F000177	8.875.000,00	09/05/2019
F000177	8.883.000,00	09/05/2019

Cabe ressaltar que a regra principal para detecção de comportamento de envio de lances suspeito é de proximidade de lances pelo próprio licitante, caso diversos lances sejam enviados em um espaço de tempo não razoável para um humano. Não é controlado o tempo entre lances de licitante A e B, que pode ter sido o que causou suspeita na parte que realizou a reclamação. Mas mesmo considerando tal parâmetro, o comportamento observado na sessão discutida é plenamente razoável, apresenta variabilidade de tempo e valor, e ainda tempos factíveis de serem realizados por qualquer pessoa atenta participando da sessão.

Neste sentido, não foram constatadas em nossas análises indícios de irregulares na seção de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de "robô" que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances. Não identificamos, assim, razões suficientes que consubstanciem qualquer ação da equipe que processou a licitação em revisão ao processo realizado e finalizado.

Quanto a suspensão cautelar do Pregão, determinada pela Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, demonstramos abaixo o cumprimento da decisão, que pode ser consultada de forma pública no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais.

Lotes do pregão		Número do processo de compra: 1451044-000046/2019		
Nº do lote	Desc. do lote	Regra de participação	Justificativa para mudança na regra de participação	Desc
0001	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PE	Aberta a todos licitantes		
<div> <div>Visualizar itens</div> <div>Visualizar sessão de lances</div> <div>Visualizar termo de julgamento de recursos</div> </div>				

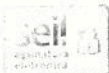
A despeito das informações acima elencadas, e considerando uma hipotética e improvável procedência das alegações do denunciante, cumpre-nos informar que a Primeira Câmara do TCEMG, após debates acerca do tema, não referendou, em sessão do dia 18 de junho de 2019, a decisão monocrática que acolheu a presente Denúncia número 1.066.880 que proferiu a já mencionada medida cautelar pela suspensão do Pregão Eletrônico 46/19. O aludido órgão colegiado asseverou não encontrar impedimentos legais para a utilização da robótica na realização de lances em pregões eletrônicos.

Segue o endereço eletrônico da veiculação da notícia, podendo a decisão ser acessada na íntegra nos autos processuais: <https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111623795>.

Seguimos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

RODRIGO FERREIRA MATIAS
Subsecretário de Gestão Logística
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG-MG



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ferreira Matias**, Superintendente respondendo pela Subsecretaria, em 24/06/2019, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5666781** e o código CRC **ACC3A55F**.